

# Corte de militares é maior

Os ministérios militares foram os mais prejudicados, ontem, na largada do processo de discussão orçamentária no Congresso, recebendo 84,2% dos cortes propostos pelo relator-geral do projeto de lei do Orçamento da União, deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA), de NCz\$ 450 milhões. Esses recursos foram transferidos, na proposta, para outras áreas consideradas "mais prioritárias".

Numa sessão bastante tumultuada, acompanhada pelos "lobistas" de praticamente todas as áreas que partilham os recursos dos orçamentos federais de 1990, num total de NCz\$ 338,86 bilhões, o relator-geral apresentou o seu parecer preliminar, no qual fez críticas à destinação de 60% do total dos recursos para o serviço da dívida pública interna.

Dos NCz\$ 450 milhões em cortes propostos pelo relator, NCz\$ 379 milhões atingem o setor militar.

O deputado Eraldo Tinoco distribuiu os cortes nas seguintes áreas: Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional perderá 29,8% das suas dotações, equivalentes a NCz\$ 29 milhões; TCU (Tribunal de Contas da União), NCz\$ 5 milhões, equivalentes a 3,8% do total das suas dotações; Estado-Maior das Forças Armadas, NCz\$ 20 milhões (10% das suas do-

tações); Comissão Nacional de Energia Nuclear, NCz\$ 5 milhões (3,47%); Indústrias Nucleares do Brasil S/A (antiga Nuclebrás), NCz\$ 10 milhões (9,26%); Ministério da Aeronáutica, perde NCz\$ 150 milhões (19,3% das suas dotações totais); Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), NCz\$ 20 milhões (13,8%); Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA), NCz\$ 21 milhões (9,3%); Inmetro 10 milhões (equivalentes a 10,1% das suas dotações).

O Ministério do Exército sofreu, segundo a proposta do relator-geral da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, um corte de NCz\$ 100 milhões nas suas dotações globais de NCz\$ 3,15 bilhões para 1990, equivalentes, portanto, a 3,17%. O corte sobre as dotações do Ministério da Marinha foram de NCz\$ 80 milhões (2,94%).

Esses NCz\$ 450 milhões cortados pelo relator serão realocados nas seguintes áreas: NCz\$ 20 milhões para a Secretaria Especial de Ciência e Tecnologia; NCz\$ 70 milhões para o Ministério da Agricultura; NCz\$ 50 milhões para o Ministério do Interior; NCz\$ 130 milhões para o Ministério das Minas e Energia; NCz\$ 160 milhões para o Ministério dos Transportes e NCz\$ 20 milhões para o Ministério da Saúde.